CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I - Disposições Gerais

Cláusula 1ª | Objeto do contrato

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento que tem por objeto a **"Aquisição de serviços jurídicos e de contencioso"**, com as especificações técnicas descritas no presente documento e em local a indicar pelo Município de Góis, adotando o procedimento de **Ajuste Direto-Regime Geral**, nos termos do disposto na alínea d), do nº 1, do artigo 20º, complementado com os artigos 112º a 127º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, adiante designado por CCP.

2. O objeto do contrato público deste procedimento tem o código de vocabulário comum para os contratos públicos (CPV) principal de 79111000-5 "serviços de assessoria jurídica".

Cláusula 2ª | Preço base

O preço base do procedimento, estabelecido para o caderno de encargos, para os efeitos decorrentes do artigo 47º, do CCP, é de **€15 000,00 (quinze mil euros)**, não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Cláusula 3ª | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado e seus anexos.

2. O contrato integra os seguintes elementos:

   a. O clausulado contratual e anexos;
   b. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que estes erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   c. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
   d. O presente caderno de encargos;
   e. A proposta adjudicada;
   f. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
   g. Identificação do Gestor do Contrato.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4ª | Duração do contrato

O prazo previsto para a prestação do objeto do contrato é de **12 (doze)** meses contados a partir do dia 01 de março de 2023, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II - Obrigações Contratuais

Secção I - Obrigações do Adjudicatário

Subsecção I - Disposições Gerais

Cláusula 5ª | Obrigações principais do adjudicatário

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.

2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:

   a. Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81º do CCP;
   b. Prestar os serviços ou efetuar os fornecimentos ao Município de Góis, conforme especificações do presente caderno de encargos;
   c. O adjudicatário ficará ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, ou à execução dos fornecimentos, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a cargo;
   d. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, ao Município de Góis, o facto que torne total ou parcialmente impossível da prestação dos serviços, ou execução do fornecimento, objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com o Município de Góis;

e. Não alterar as condições da prestação de serviços, ou execução do fornecimento;
f. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do Município de Góis;
g. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
h. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
i. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

3. O adjudicatário obriga-se ainda à execução dos serviços a seguir descriminados:

a. Prestação de serviços de assessoria, consultoria e informação jurídica, de forma a garantir a eficácia das decisões administrativas na prossecução das atribuições e competências do Município, com especial enfoque na área da contratação pública;
b. Emissão de informações e pareceres jurídicos diversos, quando solicitados pelo Município de Góis;
c. Participação em reuniões onde, por solicitação do Município de Góis, seja necessária a sua presença.

Cláusula 6ª | Forma de prestação do serviço

1. Para acompanhamento da execução do objeto do contrato, o adjudicatário fica obrigado a manter reuniões de coordenação com o(s) representante(s) do Município de Góis.

2. O adjudicatário fica obrigado a apresentar ao Município de Góis um relatório com a evolução de todas as diligências em curso, da sua responsabilidade, e do cumprimento de outras obrigações emergentes do contrato.

3. Findo o prazo do contrato, o adjudicatário deve elaborar um relatório final descriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridas durante a sua execução.

4. Todos os pareceres, informações, relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo adjudicatário, devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 7ª | Local da prestação do serviço

Os serviços indicados no número anterior serão prestados a partir do seu domicílio profissional, sem prejuízo de ficar estabelecida a obrigatoriedade de se deslocar ao edifício dos Paços do Concelho do Município de Góis, sito na Praça da República, em Góis, pelo menos um dia por semana e sempre que seja solicitada a sua presença.

Cláusula 8ª | Conformidade e garantia técnica

O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere ao objeto em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de fornecimento de bens e, ou prestações de serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 9ª | Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2. Caso o Município de Góis venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário obriga-se a indemnizá-lo de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 10ª | Responsabilidade do adjudicatário

1. O adjudicatário assume plena responsabilidade pelo fornecimento dos bens e, ou prestação dos serviços, objeto do contrato a efetuar, sendo o único responsável perante o Município de Góis.

2. O adjudicatário fica, porém, isento da responsabilidade pelos erros ou deficiências que resultem diretamente de instruções escritas transmitidas pelo Município de Góis, e que lhe tenham merecido contestação igualmente escrita, em devido tempo.

3. Quaisquer pessoas que, no âmbito do contrato exerçam funções por parte do adjudicatário, são, para todos os efeitos, considerados como seus órgãos ou agentes, respondendo o adjudicatário por todos os seus atos, sem prejuízo da responsabilidade que, diretamente, o Município de Góis possa exigir-lhes.

Cláusula 11ª | Deveres do adjudicatário

São deveres do adjudicatário, para além de outros previstos no contrato e na legislação aplicável, os seguintes:

a. Executar o fornecimento ou o serviço adjudicado com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
b. Cumprir as condições de execução dos trabalhos, ou fornecimento de bens, fixadas no caderno de encargos, na proposta e no contrato.

Subsecção II - Dever de Sigilo

Cláusula 12ª | Informação e sigilo

1. O adjudicatário deve prestar ao Município de Góis todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o Município de Góis satisfazer os pedidos de informação formulados pelo adjudicatário e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

2. Salvo quando, por força do contrato, caiba ao adjudicatário o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao Município de Góis a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.

3. O Município de Góis e o adjudicatário guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

Secção II - Obrigações do Município de Góis

Cláusula 13ª | Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços, ou execução do fornecimento, objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Góis deverá pagar ao adjudicatário, os serviços, ou fornecimentos, efetivamente prestados, nos termos, e de acordo com os preços constantes da proposta adjudicada.

2. O valor total da proposta adjudicada não poderá ser superior ao preço máximo fixado no presente caderno de encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3. O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Góis (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

4. O adjudicatário tem direito ao recebimento dos reembolsos, contra apresentação de documento comprovativo, emitido em nome do Município de Góis, das despesas judiciais que eventualmente venham a ocorrer por ocasião ou em causa em processo judicial que envolva o Município de Góis.

Cláusula 14ª | Condições de pagamento

1. O Município de Góis obriga-se a pagar ao adjudicatário, no prazo de **30 (trinta)** dias**,** as faturas ou documentos equivalentes, emitidas com base no valor indicado na cláusula 2ª, sendo que o valor mensal de cada fatura, ou documento equivalente, não poderá exceder os **€1 250,00 (mil duzentos e cinquenta euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. Não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.

3. Em caso de discordância por parte do Município de Góis, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. Depois de confirmada pelo Gestor do Contrato a legitimidade das faturas, ou documentos equivalentes, as mesmas serão contabilizadas e pagas através de transferência bancária.

Capítulo III - Penalidades Contratuais e Resolução

Cláusula 15ª | Força maior

1. A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao adjudicatário.

2. Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse

conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

3. Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4. Não constituirão casos de força maior:

   a. As circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
   b. As determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo prestador de serviços, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
   c. As manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo adjudicatário;
   d. Os incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
   e. As avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário, não resultantes de sabotagem;
   f. Os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.

6. A força maior determinará a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16ª | Resolução por parte do Município de Góis

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Góis poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Góis.

3. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte do Município de Góis com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.

Cláusula 17ª | Resolução por parte do adjudicatário

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando o montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de **60 (sessenta)** dias ou exceda os **10% (dez por cento)** do preço contratual, excluindo juros.

Cláusula 18ª | Garantia de cumprimento contratual

1. O incumprimento, por qualquer das partes, dos deveres resultantes do contrato, confere, nos termos gerais de direito, à outra parte a possibilidade de o rescindir, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

2. No caso de incumprimento do contrato por razões imputáveis ao adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe o pagamento de multas pecuniárias, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento. O acumulado das multas referidas não poderá exceder os **20% (vinte por cento)** do preço contratual indicado na Cláusula 2ª, do presente caderno de encargos, podendo excecionalmente ser elevado para **30% (trinta por cento)**, caso a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público.

3. A importância devida pelo adjudicatário como resultado da aplicação da penalidade referida no número anterior pode ser desde logo deduzida nos pagamentos devidos pela entidade adjudicante que vierem a surgir.

4. Se o total da penalidade exceder o valor dos honorários a receber, nessa prestação ou nas prestações seguintes, são acionados os mecanismos legais para a sua cobrança.

5. Por requerimento devidamente fundamentado do adjudicatário, poderá não ser aplicada multa se o atraso resultar de caso fortuito ou de motivo de força maior devidamente reconhecido pelo Município de Góis.

6. No requerimento referido no número anterior o adjudicatário indica o prazo para o cumprimento da obrigação em falta.

Cláusula 19ª | Prestação de caução

Não há lugar à prestação de caução nos termos do nº 2, do artigo 88º, do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV - Seguros

Cláusula 20ª | Seguros

1. Serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.

2. O Município de Góis poderá, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo **5 (cinco)** dias úteis.

Capítulo V - Resolução de Litígios

Cláusula 21ª | Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra.

Capítulo VI - Disposições Finais

Cláusula 22ª | Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23ª | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o seguinte endereço de e-mail:

   a. Para o Município Góis: contratacao.publica@cm-gois.pt;

b. Para o adjudicatário: o e-mail indicado na sua proposta.

2. Qualquer comunicação que não possa ser efetuada para o e-mail constantes das alíneas anteriores, será efetuada para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24ª | Proteção de dados

Caso a execução do contrato implique o acesso a dados pessoais, o adjudicatário deverá dar cumprimento às medidas técnicas e organizativas adequadas ao tratamento de dados pessoais cumprindo o disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016.

Cláusula 23ª | Legislação aplicável

Em tudo o que for omisso no presente caderno de encargos, observar-se-á o disposto no CCP (Código de Contratação Pública) e demais legislação em vigor.

ANEXO I – CLÁUSULAS RGPD

Paços do Concelho de Góis, 13 de fevereiro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal

Antonio Rui de Sousa Godinho Sampaio

Digitally signed by Antonio Rui de Sousa Godinho Sampaio
Date: 2023.02.13 15:20:46 +00:00

(António Rui de Sousa Godinho Sampaio)